GPB

gestaopublicabrasil.com.br
gestaopublicabrasil_cursos
Gestão Pública Brasil

CURSO

AS NOVAS REGRAS PARA A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA 2027–2028

APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES DO STF ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS E A OBRIGATORIEDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO

03, 04, 05 E 06 DE NOVEMBRO

CURITIBA – PR

Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro

Objetivo Geral

Proporcionar aos presidentes de Câmaras Municipais, vereadores, integrantes das Mesas Diretoras, servidores e assessores o aprofundamento dos conhecimentos necessários à organização e realização das eleições das Mesas Diretoras para o biênio 2027–2028. A capacitação tem como objetivo apresentar os procedimentos que devem ser observados pelas Câmaras Municipais, considerando as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), as disposições da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno e as responsabilidades dos agentes públicos envolvidos em cada etapa do processo eleitoral.

Ampliar a compreensão dos participantes sobre os entendimentos do STF relacionados à eleição das Mesas Diretoras, especialmente quanto aos limites de reeleição, às possibilidades de recondução, à contagem dos mandatos consecutivos e às restrições à antecipação das eleições. Busca-se esclarecer como essas decisões devem ser aplicadas às situações concretas das Câmaras Municipais, permitindo identificar as condições para apresentação das candidaturas, os impedimentos existentes e os critérios que devem orientar a definição da data da eleição.

Orientar a preparação dos procedimentos que antecedem a eleição da Mesa Diretora, incluindo a definição do calendário eleitoral, a elaboração dos atos de convocação, o cumprimento dos prazos regimentais e a organização dos documentos necessários. O curso pretende demonstrar como devem ser realizados o recebimento e o protocolo das chapas, a conferência das candidaturas, a identificação dos requisitos para participação dos vereadores e os encaminhamentos relacionados à substituição de candidatos, desistências e eventuais impugnações.

Desenvolver conhecimentos práticos sobre a condução da sessão destinada à eleição da Mesa Diretora, considerando as competências da Presidência, as atribuições da Secretaria Legislativa e a participação dos vereadores. Serão esclarecidos os procedimentos de abertura da sessão, verificação do quórum, apresentação das candidaturas e organização dos trabalhos eleitorais, permitindo compreender como aplicar as disposições regimentais e solucionar situações que possam ocorrer durante a realização da eleição.

Aprofundar a compreensão das modalidades de votação utilizadas nas eleições das Mesas Diretoras, especialmente quanto às regras de voto aberto, nominal e secreto, observada sua compatibilidade com a Constituição e os entendimentos do STF. Pretende-se orientar os participantes sobre os procedimentos de votação por chapa ou por cargo, utilização de cédulas e sistemas eletrônicos, critérios de apuração dos votos, maioria exigida para eleição, situações de empate e necessidade de realização de novos escrutínios, conforme as disposições regimentais aplicáveis.

Esclarecer os procedimentos necessários à conclusão formal da eleição, abrangendo a apuração dos resultados, a proclamação dos vereadores eleitos, a elaboração da ata e a publicação dos atos oficiais. O curso também buscará orientar as providências relacionadas à posse dos integrantes da nova Mesa Diretora, ao início dos mandatos e à transmissão das atribuições institucionais, considerando a necessidade de documentação das etapas eleitorais e de observância dos procedimentos estabelecidos pela Câmara Municipal.

Preparar os participantes para identificar irregularidades que possam comprometer a validade das eleições, especialmente aquelas relacionadas ao descumprimento dos prazos, ao registro de candidaturas impedidas, à inobservância das regras de votação e à apuração dos resultados. Busca-se apresentar os procedimentos aplicáveis às impugnações, aos questionamentos regimentais e às situações que possam resultar na anulação da eleição, esclarecendo as responsabilidades da Presidência, dos vereadores, dos servidores e dos assessores envolvidos na organização do processo eleitoral.

Oferecer orientações para a análise e adequação da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno aos entendimentos do STF, especialmente quanto às regras de reeleição, recondução, calendário eleitoral, registro das chapas, modalidades de votação e formalização dos resultados. Ao final da capacitação, espera-se que os participantes tenham condições de identificar os dispositivos que necessitam de alteração, compreender os procedimentos de elaboração e aprovação das modificações normativas e organizar as eleições das Mesas Diretoras com observância das exigências constitucionais e regimentais aplicáveis.

Cronograma

03/11/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00
CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

03/11/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO I | DECISÕES DO STF E REGRAS PARA AS ELEIÇÕES DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL BIÊNIO 2027–2028

- Novos entendimentos do STF aplicáveis às eleições das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais
- ADI 6.524, ADPF 959 e ADPF 871: limites à reeleição e recondução dos integrantes da Mesa Diretora
- ADI 7.733, ADI 7.734, ADI 7.737 e ADI 7.753: limites à antecipação das eleições
- Eleição do segundo biênio: definição da data e aplicação do marco temporal de outubro de 2026
- Possibilidade de reeleição do atual presidente e dos demais integrantes da Mesa Diretora
- Contagem dos mandatos consecutivos e impedimentos à terceira eleição sucessiva para o mesmo cargo
- Candidatura a cargo diferente e efeitos da mudança de legislatura na contagem das reconduções
- Verificação das regras da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno antes da convocação da eleição

04/11/2026 - Quarta-feira | 08:00 às 12:00
MÓDULO II | PREPARAÇÃO DA ELEIÇÃO E REGISTRO DAS CHAPAS

- Definição da data, horário e local da sessão destinada à eleição da Mesa Diretora
- Elaboração do ato de convocação e comunicação oficial aos vereadores
- Prazo para apresentação e protocolo das chapas conforme o Regimento Interno
- Requerimento de registro das chapas e identificação dos vereadores candidatos
- Formação de chapa completa ou candidaturas individuais para os cargos da Mesa Diretora
- Conferência das candidaturas e identificação dos impedimentos à reeleição
- Substituição de candidatos, desistência de candidaturas e alteração da composição das chapas
- Divulgação das chapas registradas e organização dos documentos da eleição

04/11/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO III | CONDUÇÃO DA SESSÃO DE ELEIÇÃO E PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO

- Abertura da sessão de eleição e verificação da presença dos vereadores
- Identificação da autoridade responsável pela condução da eleição e das atribuições da Secretaria Legislativa
- Leitura das chapas registradas e apresentação das candidaturas ao Plenário
- Verificação do quórum necessário para instalação da sessão e realização da eleição
- Votação aberta, nominal ou secreta conforme as normas regimentais constitucionalmente válidas
- Procedimentos para utilização de cédulas, urnas, chamada nominal e votação eletrônica
- Ordem de votação dos cargos da Mesa Diretora e realização dos escrutínios
- Registro das ocorrências durante a votação e procedimentos em caso de interrupção da sessão

05/11/2026 - Quinta-feira | 08:00 às 12:00
MÓDULO IV | APURAÇÃO DOS VOTOS, RESULTADO DA ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIRETORA

- Conferência dos votos e procedimentos de apuração conforme a modalidade de votação adotada
- Critérios para identificação dos votos válidos, brancos e nulos
- Maioria exigida para eleição e aplicação das regras regimentais de apuração
- Procedimentos em caso de empate entre chapas ou candidatos
- Realização de segundo escrutínio e novas votações quando exigidos pelo Regimento Interno
- Proclamação dos vereadores eleitos para os cargos da Mesa Diretora
- Elaboração da ata da sessão eleitoral e publicação oficial dos resultados
- Formalização da posse, início dos mandatos e transmissão das atribuições à nova Mesa Diretora

05/11/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00
MÓDULO V | IMPUGNAÇÕES, IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES NO PROCESSO DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

- Questionamento de candidaturas e impugnação do registro das chapas
- Procedimentos diante de candidaturas impedidas pelas decisões do STF
- Irregularidades no cumprimento dos prazos de convocação e registro das chapas
- Descumprimento das regras regimentais de votação, apuração e proclamação dos resultados
- Procedimentos diante da ausência de quórum ou impossibilidade de realização da eleição
- Responsabilidades do presidente da Câmara e dos vereadores na condução do procedimento eleitoral
- Atuação da Procuradoria Jurídica, Secretaria Legislativa, servidores e assessores na documentação dos atos
- Anulação da eleição, realização de novo procedimento eleitoral e consequências das decisões judiciais

06/11/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:00
MÓDULO VI | ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO PARA AS ELEIÇÕES DA MESA DIRETORA

- Identificação dos artigos regimentais incompatíveis com as decisões do STF
- Adequação das regras sobre reeleição, recondução e duração dos mandatos
- Atualização da data de realização da eleição e dos prazos de convocação
- Definição dos prazos para protocolo das chapas, substituição de candidatos e impugnações
- Regulamentação do voto aberto, voto secreto e procedimentos de votação
- Adequação dos quóruns, critérios de desempate e realização de novos escrutínios
- Revisão dos procedimentos de proclamação dos resultados, posse e substituição dos integrantes da Mesa Diretora
- Elaboração e aprovação de projeto de resolução para alteração do Regimento Interno

Metodologia

A metodologia do curso será desenvolvida a partir de uma abordagem prática, atualizada e direcionada à realidade das Câmaras Municipais, considerando os desafios enfrentados por vereadores, presidentes, servidores e assessores na organização das eleições das Mesas Diretoras para o biênio 2027–2028. A capacitação será conduzida com explicações objetivas, exemplos de situações concretas e demonstração dos procedimentos que devem ser observados em cada etapa da eleição, permitindo aos participantes compreender como aplicar as novas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) às atividades desenvolvidas no Poder Legislativo Municipal.

O desenvolvimento dos conteúdos terá como ponto de partida os entendimentos mais recentes do STF sobre a eleição das Mesas Diretoras, especialmente aqueles relacionados aos limites de reeleição, à recondução dos integrantes, à antecipação das eleições e à contagem dos mandatos consecutivos. As decisões serão apresentadas de maneira acessível, demonstrando seus efeitos sobre as eleições municipais e esclarecendo situações que podem ocorrer nas Câmaras, como a candidatura do atual presidente, a mudança de cargos entre os integrantes da Mesa Diretora e a definição da data adequada para realização da eleição.

A preparação do processo eleitoral será trabalhada de forma organizada, acompanhando a sequência das providências que antecedem a sessão de eleição da Mesa Diretora. Serão apresentados exemplos de atos de convocação, requerimentos de registro de chapas, documentos de identificação dos candidatos e procedimentos de protocolo, com atenção aos prazos previstos no Regimento Interno. A abordagem permitirá compreender como organizar as candidaturas, conferir os requisitos exigidos, identificar possíveis impedimentos e realizar os encaminhamentos necessários antes da votação.

A condução da sessão eleitoral será apresentada por meio da demonstração das atividades que devem ser executadas pela Presidência, pela Secretaria Legislativa e pelos demais agentes envolvidos na organização dos trabalhos. Serão examinados os procedimentos de abertura da sessão, verificação da presença dos vereadores, conferência do quórum, apresentação das chapas e organização da votação. A metodologia contemplará situações que exigem decisões durante a sessão, como ausência de candidatos, questionamentos regimentais, interrupções dos trabalhos e necessidade de esclarecimento sobre a aplicação das regras eleitorais.

O processo de votação receberá atenção especial, com explicações sobre as modalidades de voto aberto, nominal e secreto, observadas as disposições regimentais compatíveis com a Constituição e os entendimentos do STF. Serão demonstrados os procedimentos para utilização de cédulas, urnas, sistemas eletrônicos e chamada nominal, conforme a modalidade adotada pela Câmara Municipal. Também serão abordados os critérios de apuração, a identificação dos votos válidos, brancos e nulos, a maioria necessária para eleição e os procedimentos aplicáveis em situações de empate ou necessidade de realização de novos escrutínios.

A etapa posterior à votação será desenvolvida com foco na correta formalização dos resultados e na conclusão do procedimento eleitoral. Os participantes terão acesso a exemplos de proclamação dos eleitos, elaboração da ata, publicação dos resultados e organização dos documentos que devem integrar os registros oficiais da Câmara Municipal. Serão esclarecidos os procedimentos de posse, início dos mandatos e transmissão das atribuições à nova Mesa Diretora, incluindo as providências administrativas necessárias para assegurar a continuidade das atividades institucionais.

As situações que podem comprometer a regularidade da eleição serão examinadas por meio de exemplos relacionados ao descumprimento de prazos, candidaturas impedidas, irregularidades no registro das chapas, problemas na votação e questionamentos sobre os resultados. A metodologia permitirá compreender como identificar essas ocorrências, quais providências podem ser adotadas durante o procedimento eleitoral e quais consequências podem decorrer do descumprimento das decisões do STF. Também serão apresentadas as responsabilidades da Presidência, dos vereadores, da Procuradoria Jurídica, da Secretaria Legislativa e dos assessores na prevenção e no tratamento dessas situações.

O encerramento da capacitação será dedicado à aplicação prática dos conhecimentos na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno, com demonstração de como identificar dispositivos que necessitam de adequação às decisões do STF. Serão apresentados exemplos de redação de artigos regimentais, alterações nos prazos eleitorais, regras de registro das chapas, modalidades de votação e procedimentos de apuração e posse. A metodologia buscará oferecer aos participantes condições para organizar a eleição da Mesa Diretora com segurança, clareza e observância das normas aplicáveis, desde os primeiros atos preparatórios até a conclusão formal do processo eleitoral.

Público-alvo

A capacitação contempla presidentes de Câmaras Municipais, vereadores, integrantes das Mesas Diretoras, diretores gerais, diretores legislativos, secretários legislativos, procuradores jurídicos, assessores parlamentares e legislativos, servidores públicos efetivos e comissionados, técnicos e analistas legislativos, além dos profissionais que atuam na organização e execução das atividades do Poder Legislativo Municipal.

Abrange também os agentes públicos envolvidos na preparação e realização das eleições das Mesas Diretoras, especialmente nas etapas de convocação, registro das chapas, verificação dos prazos regimentais, votação, apuração dos resultados e posse dos eleitos, bem como aqueles responsáveis pela interpretação das decisões do STF e pela adequação da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno às novas exigências constitucionais.

Palestrante

André Luiz de Oliveira

É escritor e autor com atuação técnica na área da Administração Pública e do Poder Legislativo, com livros reconhecidos e difundidos no cenário nacional e internacional. Entre seus principais livros publicados figuram-se:

Livro: Manual de Processo Legislativo da Câmara Municipal da Proposição ao Texto Legal: Instrumentos Técnicos e Procedimentos para Elaboração, Tramitação e Redação das Leis
Livro: Manual do Vereador Atuante: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.
Livro: Administração Pública e Financiamento da Educação.
Livro: Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal
Livro: Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

É Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. É Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

Currículo completo em:
https://lattes.cnpq.br/6790541459817477

Investimento

R$ 2.790,00

Local

Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro
Curitiba - PR

Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.
O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 95, em 22/05/2026, PÁG.173 Código Localizador: 05302026052200173.

Certidão disponível em nosso site:
https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/

Dados bancários

Banco Sicoob
Agência: 4340
Conta corrente: 191053-1

Chave pix: CNPJ
40.178.961/0001-05

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998

GESTÃO PÚBLICA BRASIL

Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR
gestaopublicabrasil.com.br
(41) 9 9786-5376
gestaopublicabrasilcursos@gmail.com